



Marzo 2020 - ISSN: 1988-7833

POLÍTICA PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE QUATRO BARRAS (PARANÁ/BRASIL)

PUBLIC POLICIES AND THE DEVELOPMENT OF TOURISM IN THE RURAL AREA OF QUATRO BARRAS (PARANÁ/BRAZIL)

Otto Luiz Scherdien¹,

Universidade Federal do Paraná, otto.scherdien@live.fae.edu

Murilo Noli da Fonseca²,

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, murilonoli@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Otto Luiz Scherdien y Murilo Noli da Fonseca (2020): "Política públicas e o desenvolvimento do turismo no espaço rural de Quatro Barras (Paraná/Brasil)", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (marzo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/desenvolvimento-turismo-brasil.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2003desenvolvimento-turismo-brasil>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar o papel das políticas públicas em Quatro Barras (PR) e analisar até que ponto contribuem para o desenvolvimento do turismo em sua área rural. Para tanto, foram realizadas entrevistas com agentes dos níveis federal, estadual e municipal envolvidos na gestão do turismo rural, e com empresários focados no assunto. Cabe-se, portanto, notar-se que, embora os setores públicos percebam essas políticas como eficazes e sólidas, os empreendedores se opõem, garantindo que não tenham o apoio das autoridades públicas no desenvolvimento e na eficiência de seus negócios focados no turismo Região. Assim, este documento apresenta uma resposta analítica a esta pesquisa de campo que demonstrou claramente as contradições de opiniões entre os setores público e privado, devidamente apoiadas de acordo com a literatura sobre o assunto.

Palavras-chave: Políticas Públicas em Quatro Barras, Turismo no Espaço Rural em Quatro Barras, Desenvolvimento Econômico em Quatro Barras.

¹ Bacharel em Geografia

² Mestrando em Gestão Urbana

Abstract

This paper aims to identify the role of public policy in Quatro Barras (PR) and analyze to what extent they contribute to the development of tourism in their rural area. To this end, interviews were conducted with agents at the federal, state and municipal levels involved in the management of rural tourism, and with entrepreneurs focused on the subject. Therefore, it should be noted that although public sectors perceive these policies as effective and sound, entrepreneurs oppose ensuring that they do not have the support of public authorities in the development and efficiency of their business focused on tourism. Thus, this paper presents an analytical response to this field research that clearly demonstrated the contradictions of opinion between the public and private sectors, duly supported according to the literature on the subject.

Key-words: Public Policy in Quatro Barras, Rural Tourism in Quatro Barras, Economic Development in Quatro Barras.

1 INTRODUÇÃO

O turismo não é algo novo na sociedade, nem como uma construção teórica nem mesmo como uma realidade empírica. Ao longo da sua história foram desenvolvidas diversas definições e noções a seu respeito. De uma forma geral, pode ser compreendido como sendo uma atividade que promove o deslocamento humano para locais distintos de sua moradia, e para que isso seja concretizado é necessário que o tempo de permanência seja superior a 24 horas e inferior a um ano, cujas motivações não sejam econômicas (OMT, 2001). Ou seja, as pessoas procuram no lugar de destino elementos que não encontram no seu cotidiano e espaço de moradia, como o contato com a natureza e o vivenciar a vida no campo.

Para que seja aproveitado de forma eficaz, o turismo deve ser regulamentado pelo governo por meio de leis e políticas que visem o planejamento e o controle das atividades de tal forma que haja um aproveitamento ativo dos recursos turísticos. Também, deve ser gerenciado de maneira que se constitua como ponto de atração de um maior número de visitantes, beneficiando dessa maneira todos os atores envolvidos no processo. Assim como qualquer outra política pública, a inclusão da participação da sociedade é fundamental, sobretudo como forma de colaborar na avaliação e manutenção dos princípios postos na legislação pelos atores envolvidos.

Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a implantação do turismo no espaço rural vem adquirindo cada vez mais importância na medida em que tem se revelado como uma alternativa de renda para as pequenas propriedades que praticam a agricultura familiar, notadamente por conta da sua capacidade de incorporar mão de obra local, gerar renda extra e dinamizar a economia. Nessa região encontram-se implantados diversos roteiros de turismo rural, dentre os quais se pode destacar o “Caminho do Vinho”, um circuito de turismo rural localizado na Colônia Mergulhão, no município de São José dos Pinhais.

Baseado nisso, e de posse dos conhecimentos acerca deste cenário, o presente trabalho visa identificar o papel das políticas públicas postas em prática no município de Quatro Barras, cuja

temática não tem sido objeto de análise do meio acadêmico e político, e analisar em que medida elas contribuem para o desenvolvimento do turismo no seu espaço rural e para seu desenvolvimento socioeconômico. Busca-se, também, compreender o papel que a infraestrutura (restaurantes, clubes, chácaras de lazer, entre outros) possuem neste processo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O turismo no espaço rural é um segmento que tem se tornado conhecido nas últimas décadas e instituído muitos partidários dos equipamentos de lazer oferecidos nesse ramo. O ar puro, o frescor das regiões fortemente arborizadas, a gastronomia, esportes de aventura, tradições e a proximidade com os animais, são artificios que atraem os visitantes e que tornam o turismo rural um dos segmentos turísticos mais buscados no Brasil. A chegada do turismo a essas áreas emerge como uma alternativa econômica e social, sobretudo para o desenvolvimento de comunidades rurais, e promove demandas relacionadas à conservação ambiental.

É um segmento com grande potencial e se calcula que pelo menos 3% de todos os turistas do mundo orientam suas viagens para o turismo rural. E a mesma fonte indica que o turismo rural apresenta um crescimento anual de aproximadamente 6%, o que denota uma nova tendência global, onde o turista não mais deseja ser um mero expectador de sua viagem, mas sim, o protagonista, que efetivamente vivencia a cultura e a experiência nos novos destinos visitados (OMT 2001, p. 37).

O turismo rural contempla um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (EMBRATUR, 2014, p.18). No espaço rural há o Ecoturismo ou turismo ecológico, que “tem demonstrado ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por governos e setores comprometidos com o meio ambiente para financiar e garantir a proteção de ecossistemas” (MOREIRA, 2014, p. 23).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO TURISMO

Nas últimas décadas o turismo tem recebido mais atenção por parte dos governos na elaboração das políticas de desenvolvimento que servem de orientações às ações de planejamento e ordenamento do território. Tais políticas são constituídas por um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos com o intuito de atender às necessidades da sociedade (DIAS, 2003). Uma vez bem elaborados, implementados e avaliados são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico. Hodiernamente, evidencia-se a diversidade de definições e modelos sobre políticas públicas, o que torna difícil a comparação, caracterizando-se como um problema hermenêutico.

De forma geral, o debate acerca da política pública assenta-se sobretudo como instrumento de solução dos problemas da sociedade. Diversos autores criticam essa visão, pois acreditam que há uma supervalorização de aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas e que, por isso, marginalizam a sua essência, isto é, a discussão sobre ideias e interesses. Souza (2006) ressalta que tal debate ao focar no papel do governo cerceia o conflito e os limites nos processos decisórios na esfera do Estado, assim como abandona a possibilidade de cooperação entre governos e outras instituições e grupos sociais. Este autor nos apresenta uma síntese dos elementos principais das políticas públicas:

- Possibilitar a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz;
- Envolver vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe aos participantes formais, já que os informais são também importantes;
- Ser abrangente e não se limitar a leis e regras;
- Ser uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- Ter impactos no curto prazo, embora sua política seja longo prazo; e
- Envolver processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

No âmbito do turismo, as políticas públicas de turismo visam desenvolver de forma harmoniosa a atividade turística e são de responsabilidade do Estado, que deve permitir, construir e apoiar a infraestrutura de acesso bem como a infraestrutura urbana (LICKORISCH & JENKINS, 2000). Mas nem sempre as políticas públicas voltadas para o potencial turístico são efetivas. Elas não são estabelecidas de forma consciente e eficaz, pois geralmente são planejadas de forma repentina e conforme as necessidades imediatas do setor (DIAS, 2003). Solha (2006, p.90) corrobora tal afirmação ao dizer que

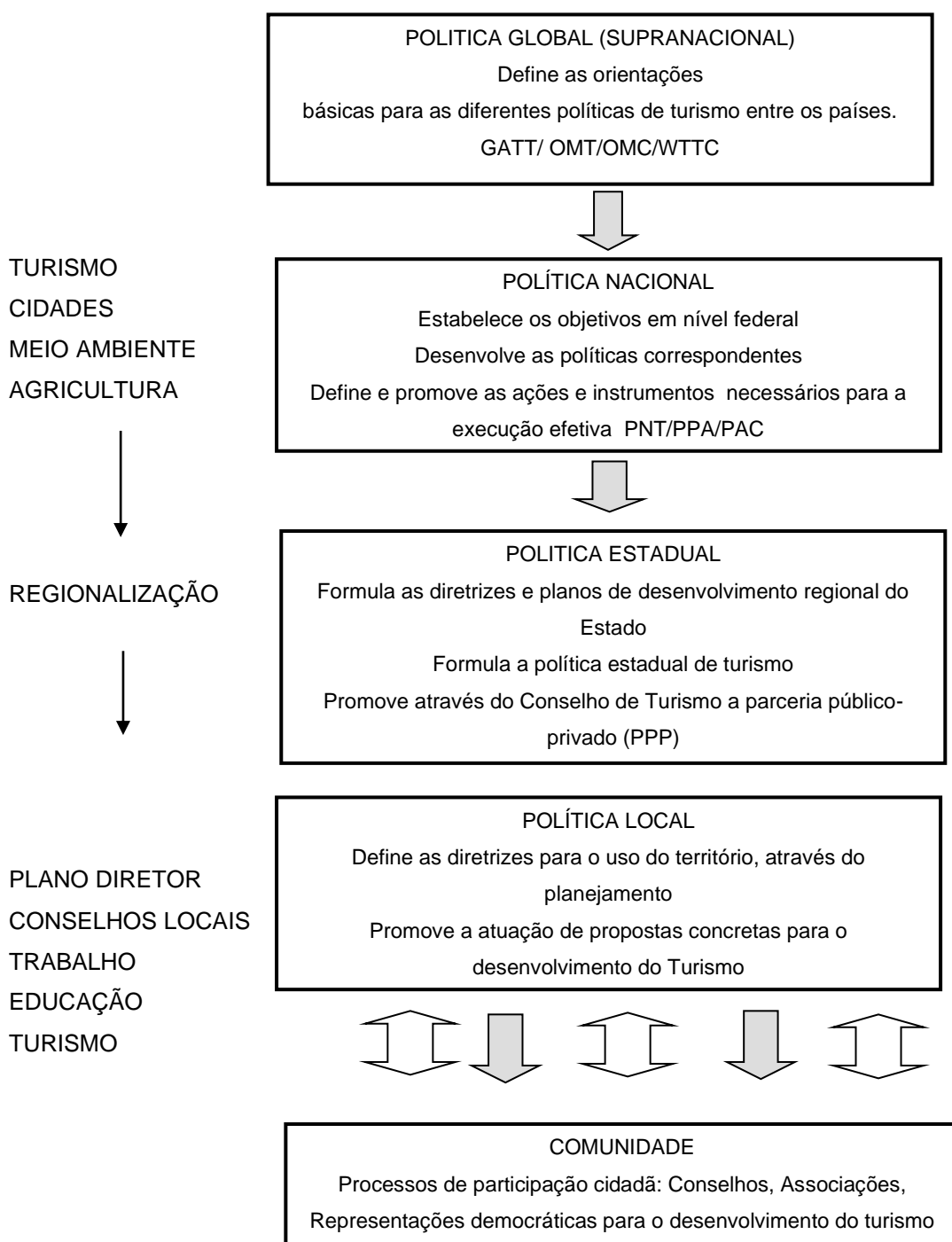
No turismo, as preocupações de estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos. Antes disso caracteriza-se pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, obedecendo apenas à lei do mercado. O papel da política de turismo, assim como sua abrangência varia conforme as necessidades e os objetivos de cada local.

Dessa maneira, a política de turismo pode ser compreendida como uma ala das políticas públicas que anseiam o planejamento e o controle das atividades de tal forma que haja um aproveitamento eficaz dos recursos turísticos gerenciados de maneira que seja ponto de atração de um maior número de visitantes, beneficiando todos os agentes envolvidos no processo e buscando o desenvolvimento sustentável. Isto significa que há um direcionamento para determinada área geográfica e um respectivo planejamento em longo prazo que permita o crescimento e a sustentabilidade. Cabe destacar que assim como qualquer outra política pública, a política de turismo

deve incluir a participação da sociedade como forma de colaboração na avaliação e manutenção de tais políticas pelos cidadãos.

Sancho (2001) destaca que há uma relação hierárquica de poder no estabelecimento de políticas públicas em quatro escalas: global, nacional, estadual, local e comunidade, cada um com as suas especificidades (FIGURA 1). No Brasil, a política nacional deve estabelecer os objetivos em nível federal e desenvolver as políticas correspondentes, assim como definir e promover as ações e instrumentos necessários para a execução efetiva. No âmbito estadual devem-se formular as diretrizes e planos de desenvolvimento regional do Estado; assim como a política estadual de turismo e promover a parceria público-privado (PPP) (SANCHO, 2001).

Figura 1 - Políticas públicas de turismo



Fonte: Amparo Sancho et al. (2001)

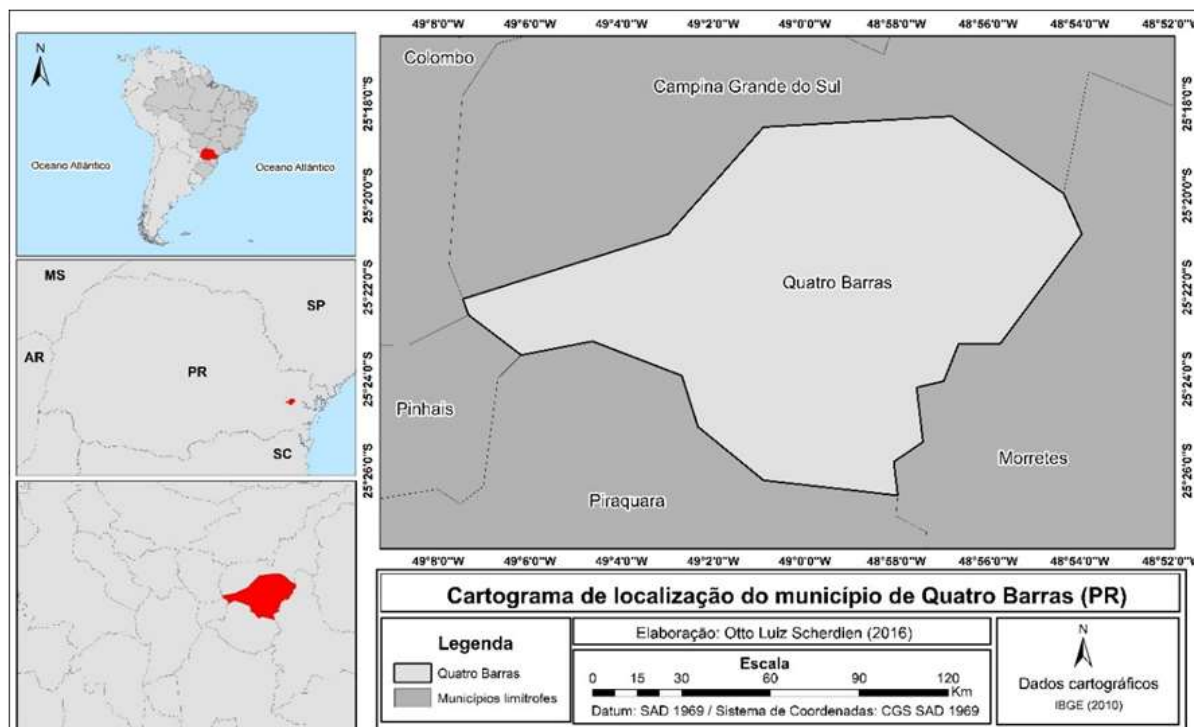
Embora complexa, e considerando o papel do Estado na condução de políticas públicas, a participação da sociedade é essencial para a sua consolidação.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Situada na região sul do Brasil, no Estado do Paraná, o município de Quatro Barras faz parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Localiza-se às coordenadas geográficas médias de 25° 21' 57" de latitude sul e 49° 04' 37" de longitude oeste de *Greenwich*. Limita-se à norte com Campina Grande do Sul, à oeste com Morretes, à sul com Piraquara, à leste com Pinhais e Colombo, conforme podemos observar na (FIGURA 2) e está a 21 quilômetros de Curitiba, a capital do estado. Com área de 169,47 km² e 37 bairros, o município conta com uma população de aproximadamente 23.559 mil habitantes (IPARDES, 2019), formada predominantemente por italianos, portugueses, poloneses e alemães. O município é hoje uma excelente alternativa para quem busca sossego e contato com a natureza, oferecendo opções de turismo rural, ecoturismo e lazer.

Figura 2 - Cartograma de localização do município de Quatro Barras - Paraná



Fonte: elaboração própria

O município localiza-se no planalto curitibano, em altitude de 936,00 metros acima do nível do mar e encontra-se entre três grandes bacias hidrográficas; bacia do Ribeira, bacia litorânea e

bacia do Iguaçu. Cabe ressaltar que em Quatro Barras há uma Área de Proteção Ambiental (APA), denominado de APA do Iraí, uma região onde se encontra a represa do Iraí, responsável pelo abastecimento de água aos municípios da região metropolitana de Curitiba, o que significa que há uma legislação específica sobre a preservação e manutenção da área verde.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADOS AO TURISMO NO CENÁRIO MUNICIPAL

A política adotada por Quatro Barras é o Plano Diretor Municipal, que foi elaborado em 2006 e revisto em 2012. Tal plano estabelece os eixos de turismo e lazer que são compreendidos pela presença de patrimônio histórico, atividade de turismo em desenvolvimento, potenciais turísticos e áreas de interesse e importância ambiental. Eles visam orientar as políticas públicas em três aspectos fundamentais: a consolidação da via de comunicação com o litoral e outras áreas de interesse de turismo e lazer; o desenvolvimento da educação patrimonial, principalmente com o estabelecimento de pontos de parada e a contemplação ao longo das vias turísticas; e, a geração de emprego e renda.

A Secretaria Municipal de Turismo elenca diversas ações que foram propostas e algumas que já foram desenvolvidas e concretizadas. Exemplo disso é o “Programa conhecendo Quatro Barras”, que consiste na divulgação dos inúmeros pontos turísticos do município e que abrangeu em 2011, toda a rede municipal de ensino. O programa apresenta duas fases: a primeira é realizada através de uma palestra proferida por uma Turismóloga da Secretaria Municipal direcionada aos professores sobre o que é o turismo, sua importância, benefícios, modalidades de turismo existentes em Quatro Barras, como receber os turistas, entre outros. Esta fase é finalizada com um passeio pelos pontos turísticos, onde são entregues diversos materiais de divulgação: folders, DVDs, livros e desenhos para colorir. A segunda fase é realizada principalmente pelos professores que, juntamente com as Turismólogas, atuam com os alunos, realizando as fases do processo supracitadas.

Além do mais, existem cinco roteiros turísticos: Caminhos históricos da Serra, do Monte Alegre, Palmitalzinho, Estrada da Graciosa, e dos orgânicos. O primeiro compreende locais onde se encontram os atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos e infraestrutura turística, sendo que os roteiros que o integrarão serão definidos, estruturados e institucionalizados pela prefeitura com vistas ao planejamento, gestão, promoção, comercialização e concessões. Os roteiros do Monte Alegre, Palmitalzinho, Estrada da Graciosa e dos orgânicos integram os Caminhos históricos da Serra e nele são incluídos todos os empreendimentos relacionados ao turismo, até mesmo aqueles que atendam à Agricultura familiar, exceto o roteiro dos Orgânicos. Esse abrange todos os empreendimentos que contemplem os requisitos mínimos que caracterizam o produto orgânico ou a propriedade orgânica.

4 METODOLOGIA

O presente artigo pode-se ser classificado como exploratória, descritiva e explicativa (GIL, 2002). De caráter exploratório, busca-se revelar até que ponto as políticas públicas representam uma condição efetiva na implementação do turismo em Quatro Barras. Para tanto, foram utilizadas as

seguintes técnicas: compreensão do estado da arte, onde buscou-se subsidiar a análise teórica trazendo parte da historicidade do espaço rural e suas atividades como exploração de lazer; pesquisa de campo tendo como aporte um questionário semiestruturado contendo 22 questões objetivas e subjetivas, onde se obteve nove participantes do setor turístico, nomeadamente empresarial, com o intuito de apurar suas percepções acerca das políticas públicas relacionadas ao tema:

- 1) Qual o segmento da atividade turística seu empreendimento está relacionado?
- 2) Há quanto tempo o empreendimento está funcionando?
- 3) Houve algum subsídio do governo, para a implementação do seu empreendimento?
- 4) O senhor recorreu a algum tipo de financiamento?
- 5) Houve uma capacitação para os proprietários rurais?
- 6) Como considera as ações do poder público voltadas para implantação de turismo no município? Por quê? Exemplifique.
- 7) Como avalia o envolvimento do setor empresarial no desenvolvimento do segmento do turismo rural na região?
- 8) Seu setor participa de algum programa governamental voltado ao desenvolvimento do Turismo Rural no município?
- 9) Na sua opinião o turismo rural é representativo no município de Quatro Barras?
- 10) Na sua opinião, quais contribuições o setor empresarial pode oferecer para o desenvolvimento do turismo rural na região?
- 11) Quais as ações relativas às políticas públicas do município de Quatro Barras são voltadas para alavancar o aproveitamento do seu potencial turístico?
- 12) A atuação da prefeitura está sendo eficaz? Ela está se mostrando presente e participativa?
- 13) Após a implantação do roteiro turístico, houve uma melhoria no seu rendimento?
- 14) O senhor deixou alguma atividade agrícola em virtude da atividade turística?
- 15) Qual é a melhor época para visitação, dias de maior movimento de clientes, turistas?
- 16) Quais são os pontos positivos e negativos dessa atividade?
- 17) Quais são as oportunidades e ameaças do turismo em Quatro Barras.
- 18) Você considera que seu empreendimento provoca algum tipo de impacto ambiental? Se sim, quais?
- 19) Você sabe de alguma a o do poder público no sentido de orientar os empresários e empregados para minimizar impactos ambientais negativos do setor turístico?
- 20) Você recebe alguma orienta o sobre a coleta e descarte dos resíduos (lixo) produzido pelo seu empreendimento?
- 21) O que você considera necessário para minimizar os impactos negativos do setor empresarial turístico no meio ambiente?
- 22) Como você avalia as questões relativas a infraestrutura? Houve alguma melhoria na (acessibilidade, sinaliza o, saneamento, ilumina o).

Também houve entrevistas em profundidade com três responsáveis técnicos na Prefeitura municipal, com o objetivo de diagnosticar suas percepções a respeito das políticas públicas relacionadas ao turismo rural, com as seguintes questões norteadoras:

- 1) Quais as ações relativas às políticas públicas do município de Quatro Barras são voltadas para alavancar o aproveitamento do seu potencial turístico?
- 2) A partir de que ano foram implantadas, e quais os principais resultados?
- 3) Quais os programas ou projetos já foram implantados a partir destas políticas públicas?
- 4) Há uma percepção positiva desta implementação por parte do poder público?
- 5) Existe algum programa de capacitação do pessoal ocupado diretamente nas atividades turísticas do município?
- 6) Em sua opinião, tem havido a diversificação na renda do município por meio do turismo? Se sim, em que aspectos?

De posse desses dados empíricos foi possível analisar os resultados cotejando com a literatura sobre o tema – aplicação das políticas públicas e atividades relacionadas ao turismo -, e com a aplicação da análise SWOT (acrônimo para *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* ou FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, em língua portuguesa).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo para entrevistar servidores do setor público foi o reconhecimento das políticas públicas e como são percebidos os resultados dessas ações públicas para o desenvolvimento do potencial turístico da região (QUADRO 1). Pode-se mencionar que as esferas de competência pública visitadas mencionaram que as políticas públicas foram implantadas há algum tempo, como nos anos 1969, 2002 e 2008, o que nos leva à reflexão de que há um programa de inovação e de continuidade de divulgação dessas políticas, cujos resultados de acordo com a pesquisa, são vistos como positivos pelo setor público, no município, a pesquisa foi realizada no Departamento de Turismo (DT), no setor público estadual foram na autarquia Paraná Turismo e no Instituto Ambiental Paranaense (IAP).

Quadro 1: Políticas públicas e percepção do setor público

Setor	Meio de divulgação	Programas	Programas de Capacitação	Resultados
DT	PDM de 2006 e 2012	Visitas aos pontos turísticos	Reuniões frequentes com a Paraná Turismo	Geração de empregos a partir de novos empreendimentos
Paraná Turismo	Lei nº 15973/2004	Planos estaduais	Regionalização do turismo	Maior organização e resultados
IAP	Decreto Lei nº 5765/2002	Plano de Manejo	Existe, todavia com carência de pessoal	Positivos, com estímulos para compras no comércio

A partir dos resultados positivos obtidos com o setor público buscou-se estabelecer parâmetros com o setor privado que utiliza essas políticas públicas vistas como positivas. Dessa maneira, observa-se que todos os entrevistados dos empreendimentos responderam que não receberam apoio do poder público na implantação de seus negócios voltados para o turismo (QUADRO 2). Ou seja, apreende-se que a disfunção existente entre políticas públicas efetivas e percepção dos empresários pode estar pautada na comunicação entre estes setores.

Quadro 2: Empreendimentos turísticos em Quatro Barras

Empresa	Ano de Instalação	Apoio do poder público	Potencial Turístico	Período de maior visitação
Lazer	1990	Nulo	Baixa representatividade	Fins de semana e feriados
Hotelaria	1994	Nulo	Poderá ser representativo	Fins de semana e feriados
Eventos e Gastronomia	1999	Nulo	Potencialmente representativo	Fins de semana e feriados
Eventos e Gastronomia	2002	Nulo	Pequena representatividade	Fins de semana e feriados
Gastronomia	2005	Nulo	Pequena representatividade	Fins de semana - noturno
Gastronomia	2009	Nulo	Potencialmente representativo	Fins de semana e feriados
Eventos e Gastronomia	2011	Nulo	Baixa representatividade	Fins de semana e feriados
Indústria e Comércio	2014	Nulo	Não está inserido na rota	Fins de semana e feriados
Lazer e Gastronomia	2015	Nulo	Potencialmente representativo	Fins de semana e feriados

Questionados a respeito do potencial turístico da região, nossa amostra de nove participantes, apenas três responderam que consideram a região potencialmente turística, enquanto que quatro consideram que a região possui baixo potencial turístico, um considera que poderá se tornar um potencial turístico e um participante não respondeu esta questão por pertencer à área de indústria e comércio. Cabe destacar que, segundo dados do Ministério do Turismo, o número de cidades com potencial turístico diminuiu entre as edições de 2013 e de 2016 do Mapa do Turismo Brasileiro. Os três empreendedores que responderam que a região tem um potencial turístico representativo argumentaram que na área existe a Mata Atlântica, compreendida como uma paisagem geográfica exuberante, conciliando num só lugar atrativo único. As potencialidades de desenvolvimento turístico dependem da

capacidade da valorização e criação de novos fatores de atração e segundo os entrevistados não faltam.

Para uma melhor visão do planejamento dos empreendedores, foi realizada a análise SWOT (QUADRO 3). Ela possibilita analisar seus pontos fortes, pontos fracos oportunidades e ameaças, fazendo com que a empresa conheça a sua situação no mercado e no que será preciso concentrar suas formas para sobreviver no mercado. Pontos fortes fracos são fatores internos, destacam-se os aspectos internos positivos que propiciam um bom rendimento para os negócios. Nos pontos fracos destacam-se os aspectos internos negativos que acarretam uma diminuição do rendimento dos negócios. As oportunidades são elementos externos, isto é, não dependem diretamente para empresa para que ocorram. As oportunidades são também fatores positivos que agregam algo para a empresa. As ameaças são fatores que não estão diretamente no controle da empresa e podem impactar negativamente nos negócios.

Quadro 3: Análise SWOT do turismo em Quatro Barras

Empresa	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Eventos e Gastronomia	Localização e Infraestrutura	Baixo investimento	Agregadora, expansão do empreendimento.	Desunião dos empresários
Eventos e Gastronomia	Localização	Baixo Faturamento	-	Clima e informalidade
Indústria e Comércio	Infraestrutura	Falta de apoio do poder público	-	Informalidade dos fornecedores
Lazer e Gastronomia	Localização	Falta de mão de obra qualificada	Expansão como hortas coletivas	Falta de apoio do poder público
Lazer	Localização e infraestrutura	Falta de apoio do poder público	Abertura da área de gastronomia	Falta de mão de obra qualificada
Eventos e Gastronomia	Localização	Falta de apoio do poder público	Crescimento e expansão	Falta de mão de obra qualificada e o clima
Gastronomia	Localização e Infraestrutura	Mão de obra qualificada	Novos ambientes	Falta de mão de obra qualificada e o clima
Gastronomia	Qualidade e Localização	Falta de apoio do poder publico	Expansão do empreendimento	Falta de mão de obra qualificada
Hotelaria	Qualidade e Localização	Baixa escolaridade dos funcionários	Crescimento com a nova gestão pública	A crise econômica que assola o país

Baseado no quadro acima, os principais aspectos que foram evidenciados como forças são: a localização e a infraestrutura. Já as ameaças: o clima, a falta de apoio do poder público, a mão de obra não qualificada e a informalidade de alguns empreendedores. Por outro lado, identificou-se um

potencial de expansão, ampliação do empreendimento, desde que haja maior apoio do poder público através de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento turístico da região e que a associação comercial seja mais coletiva. Além destas questões, buscou-se compreender a visão que estes empresários possuem e quais são suas ações efetivas com relação ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Silveira (1997), a atividade turística pode interferir de maneira saudável nas comunidades que a desenvolvem sob uma condição harmoniosa. Observa-se que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento conseguem ampliar as competências humanas com a expansão de capacidades para geração de mudança social, mas também pode causar prejuízos graves e por vezes irreversíveis se não observada à maneira que isso se aplica, e reforça dizendo que:

O conceito de desenvolvimento aplicado ao turismo representa estratégia válida para buscar a integração entre uso turístico, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades locais. No entanto, se esse conceito não for incorporado às políticas e práticas do planejamento territorial do turismo em nível local, a sustentabilidade não passa de retórica (SILVEIRA, 1997, p.88).

Os empresários participantes utilizam técnicas de reciclagem, que começa com a separação de todos os materiais com potencial para serem reaproveitados pelas indústrias recicladoras (QUADRO 4). Neste sentido eles recebem apoio do poder público ao receber “sacos plásticos” para separar os materiais. Diversos tipos de materiais podem ser reciclados, oportunizando aos cidadãos atitudes responsáveis com o lixo que geram. Ao separar o lixo doméstico, evita-se que matérias com potencial para a reciclagem se misturem com restos de alimentos. Mesmo que a reciclagem não seja o nosso foco principal, considera-se nevrálgico sob a ótica do meio ambiente, uma vez que compõe os estudos epistemológicos da Geografia ao se ocupar da análise do espaço enquanto apropriação do homem.

Quadro 4 – Impactos ambientais (IA) e reciclagem

Empresa	Gera IA	Orientação do poder público	Coleta e Separação	Capacitação em coleta ou reciclagem	Melhora na Infraestrutura
Eventos e Gastronomia	Não	Não	Sim	Consciência própria	Degradação
Eventos e Gastronomia	Sim	Não	Sim	Consciência própria	Via estradas
Indústria e Comércio	Não	Não	Sim	Consciência própria	Nula
Lazer e Gastronomia	Não	Desconhece	Sim	Adquiridos na faculdade	Nenhuma
Lazer	Não	Não	Sim	Consciência própria	Nula
Eventos e Gastronomia	Não	Não	Sim	Consciência própria	Nada Relevante

Gastronomia	Sim	Não	Sim	Consciência própria	Iluminação
Gastronomia	Não	Não	Sim	Consciência própria	Nula
Hotelaria	Não	Não	Sim	Consciência própria	Iluminação

Percebe-se também que todos os participantes da pesquisa se preocupam com as questões ambientais, sendo que esta conscientização se deu por consciência própria e não através de informações e orientações vindas do poder público. Há uma consciência dos malefícios causados pelo lixo e resíduos como poluidores do meio ambiente através da degradação física, química, biológica e mesmo estética que causam nas áreas em que são descartados. Aos poucos os empreendedores mais conscientes percebem que o resíduo, proveniente de suas atividades, é perda e prejuízo. Utilizando o processo de reciclagem ou descartando de maneira sustentável, geram economia de escala e sustentabilidade ambiental.

O turismo deteve por um determinado período o rótulo de indústria sem chaminés, como uma alusão à inexistência de poluição ou degradação ambiental decorrente da atividade (SEABRA, 2009). Todavia, são reconhecidos diversos impactos socioambientais causados pela atividade. Na presente pesquisa, seis empresas pertencem ao ramo da gastronomia, de modo que a comercialização de alimentos preparados em suas dependências, sejam eles provenientes de cozimento ou não, utilizam diversas formas de energia e, assim, a geração de diversos tipos de resíduos, especialmente os de origem orgânica, como óleo de cozinha.

O uso excessivo do óleo no preparo de alimentos além de trazer danos ao organismo também é prejudicial ao meio ambiente quando seu descarte é feito de maneira errônea. As empresas que têm por atividade a gastronomia utilizam a lenha como fonte de energia que é de origem nativa ou de reflorestamento, mas com procedência, segundo os entrevistados. Os resíduos gerados pela queima de lenha e de carvão vegetal em bares, pizzaria e restaurantes é geralmente descartado sem nenhum tratamento no lixo comum do estabelecimento, para posterior coleta da empresa de limpeza pública.

6 CONCLUSÃO

Não se pode considerar como finalizado o trabalho se observar sob a perspectiva de que o turismo é uma atividade dinâmica com enorme capacidade de se reinventar. Julga-se que a escolha do tema deste estudo a respeito da efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do potencial turístico em Quatro Barras, pode ser aqui sintetizada, sob três enfoques: o primeiro, por se tratar de um município próximo de Curitiba, o potencial econômico de indústria e comércio permite maior geração de emprego a trabalhadores que no fim de semana buscam o lazer como forma alternativa de melhorar sua qualidade de vida. O segundo enfoque diz respeito à efetividade das políticas públicas voltadas para o turismo da região. Embora pequena, a amostra revelou duas contradições. De um lado, o setor público se mostrou como agente de transformações no cumprimento de seu papel político e social, através de planejamentos, cujos sujeitos desta pesquisa colocaram esta questão num pensamento positivista, onde tais políticas trariam benefícios para a

sociedade, por julgarem que são ferramentas importantes para alavancar o desenvolvimento econômico a partir da exploração do potencial de belezas naturais da região. De outro lado, o empresariado mantém o seu próprio negócio voltado para o turismo. Os participantes da pesquisa se revelaram contrários às políticas públicas de inserção e manutenção do turismo, por avaliarem que não tiveram qualquer apoio ou capacitação de recursos humanos capazes de valorizar e estimular o potencial turístico.

E o terceiro enfoque centra-se na análise a respeito do tema desta pesquisa: verificar em que medida as políticas públicas se mostram eficientes frente ao desenvolvimento do turismo em Quatro Barras. Refletindo sobre essas questões, enxerga-se a necessidade de políticas públicas que deem condições de estruturação ao empreendedor para que este se atrele a atividade turística. Diante do cenário que hoje se apresenta, percebe-se que o futuro da atividade turística no espaço rural de Quatro Barras é duvidoso, pois mesmo que haja potencial turístico, não há união entre os empreendedores e, de acordo com a gestão pública municipal, o turismo não é visto com bons olhos. Enquanto há uma pequena concentração de empreendimentos na Avenida São Sebastião, os demais ficam distantes um dos outros e muitos sem apoio da concessionária que administra a rodovia, tendo em vista que o acesso não é facilitado, assim como a inexistência de placas indicativas.

Conclui-se que a falta de planejamento e de ordenamento dos territórios dos quais o turismo se apropria e das políticas que buscam o desenvolvimento integrado da atividade turística, devem ser implementadas através de processos de gestão participativa, porque concluímos com este estudo que não há união entre eles.

REFERÊNCIAS

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Turismo rural**. 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/rural.html>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa** 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do município de Quatro Barras**. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83420&btOk=ok>> Acesso em 08 de dezembro de 2019.

LICKORISH, L.J., JENKINS, C.L. **Introdução ao Turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000

MOREIRA, J.C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

OMT. (Organização Mundial do Turismo). **Introdução ao turismo**. Tradução Dolores Martins Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001

SEABRA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. A **Questão Ambiental**: Diferentes Abordagens. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SILVEIRA, M.A.T. **Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo sustentável**. In: Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec. pp. 87-98, 1997.

SOLHA, K.T. Política de Turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHUMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2006, p. 89-100.